

Escravismo no Brasil

Francisco Vidal Luna
Herbert S. Klein

1450-1680, p. 87.4. J. H. Galloway, *The sugar cane industry: an historical geography from its origins to 1914* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989), pp. 61-70.

14. J.H.Galloway, *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914* (Cambridge University Press, 1989), pp. 61-70.
15. Sobre os antecedentes no Atlântico e os primórdios da indústria açucareira no Brasil, ver Galloway, *The sugar cane industry*, cap. 4; e as fontes citadas na nota 18.
16. Sobre a evolução do comércio holandês de açúcar com o Brasil, ver Christopher Ebert, "Dutch trade with Brasil before the Dutch West India Company, 1587-1621", em Johannes Postma e Victor Enthoven, orgs., *Riches from Atlantic commerce: Dutch transatlantic trade and shipping, 1585-1817* (Leiden, Brill, 2003), pp. 49-76.
17. Schwartz, *Sugar plantations*, p. 19.
18. A estimativa mais pormenorizada da produção brasileira nos séculos XVI e XVII encontra-se em Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670), étude économique* (Paris, SEVPEN, 1960), pp. 192-257; ver também Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 7.
19. Baseado nas estimativas em Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle*, cap. 3.
20. Schwartz, *Sugar plantations*, pp. 127-128.
21. Sobre a evolução da indústria açucareira no nordeste, ver Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle*, pp. 192-201; e Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 7.
22. A clássica fonte sobre o uso de cativos indígenas na indústria açucareira do nordeste é Stuart B. Schwartz, "Indian labor and New World plantations: European demands and Indian responses in Northeastern Brazil", *American Historical Review*, 83:3 (Junho 1978).
23. Sobre a movimentação de escravos para o Brasil, ver Herbert S. Klein, *The Atlantic slave trade* (2ª. reimpressão, Cambridge, Cambridge University Press, 2002) e Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 13.
24. Sobre a expansão dos holandeses no século XVII e seu conflito com Portugal, ver Charles R. Boxer, *The Dutch seaborne empire, 1600-1800* (Nova York, A. A. Knopf, 1965) e Chaudhuri, *Trade and civilization in the Indian Ocean*, cap. 4, e Jonathan I. Israel, *Dutch primacy in world trade, 1585-1740* (Oxford, Clarendon Press, 1989) e a importante nova coletânea de ensaios organizada por Postma e Enthoven, *Riches from Atlantic commerce*, que inclui estudos sobre a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Sobre a colônia holandesa no Brasil existem numerosos estudos, entre eles o clássico de José Antônio Gonçalves de Mello, *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil* (3ª. ed. rev., Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1987), e Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669* (Rio de Janeiro, Topbooks, 1998). Uma análise recente é a de Leonardo Dantas Silva, *Holandeses em Pernambuco: 1630-1654* (Recife, Instituto Ricardo Brennand, 2005).
25. Gabriel Debien, *Les esclaves aux antillais françaises (XVIIe-XVIIIe siècles)*, (Basse-Terre, Société d'Historie de la Guadeloupe, 1974), p. 178; e sobre o papel crucial que os holandeses tiveram nas origens da revolução açucareira de Barbados nas décadas de 1640 e 1650, ver William A. Green, "Supply versus demand in the Barbadian sugar revolution", *Journal of Interdisciplinary History*, 18:3 (Winter 1988), pp. 409 segs.
26. O melhor estudo do comércio açucareiro do Brasil durante todo o período colonial encontra-se em Schwartz, *Sugar plantations*, caps. 7 e 15; e sobre o aumento da competição das Antilhas Britânicas e Francesas, ver Galloway, *The sugar cane industry*, caps. 4 e 5.
27. Manuel Moreno Fraginals, *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar* (3 v., Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1978), v. I, cap. 42. Embora a posição relativa do Brasil declinasse na segunda metade do século XVIII, no período 1815-19 a produção brasileira dobrou para 79 mil toneladas anuais, representando 20% da produção mundial de cana-de-açúcar. Fraginals, *El ingenio*, v. 2, p. 173.

A escravidão e a economia no século XVIII

O crescimento do sistema de *plantation* nas Antilhas no século XVII e início do século XVIII não pôs fim à indústria açucareira do Brasil nem ao próspero sistema escravista no qual se assentava a economia brasileira. No entanto, a ocupação holandesa e o subsequente desenvolvimento da indústria açucareira antilhana afetaram gravemente a economia colonial brasileira. Não só grande parte da indústria açucareira de Pernambuco foi destruída, levando depois um longo tempo para se recuperar, mas também os mercados exportadores reduziram-se para o Brasil. Em fins do século XVII e início do século XVIII a produção continuou a crescer, porém terminara a era da elevada lucratividade. A concorrência antilhana acarretou o declínio dos preços do açúcar em relação à primeira metade do século, e a demanda por escravos nas Antilhas ocasionou o aumento dos preços dos cativos, reduzindo, assim, os lucros dos produtores brasileiros. Nas duas últimas décadas do século a economia brasileira passou por uma relativa depressão, e a Coroa, preocupada, começou a procurar novos mercados e produtos para reviver a economia colonial.

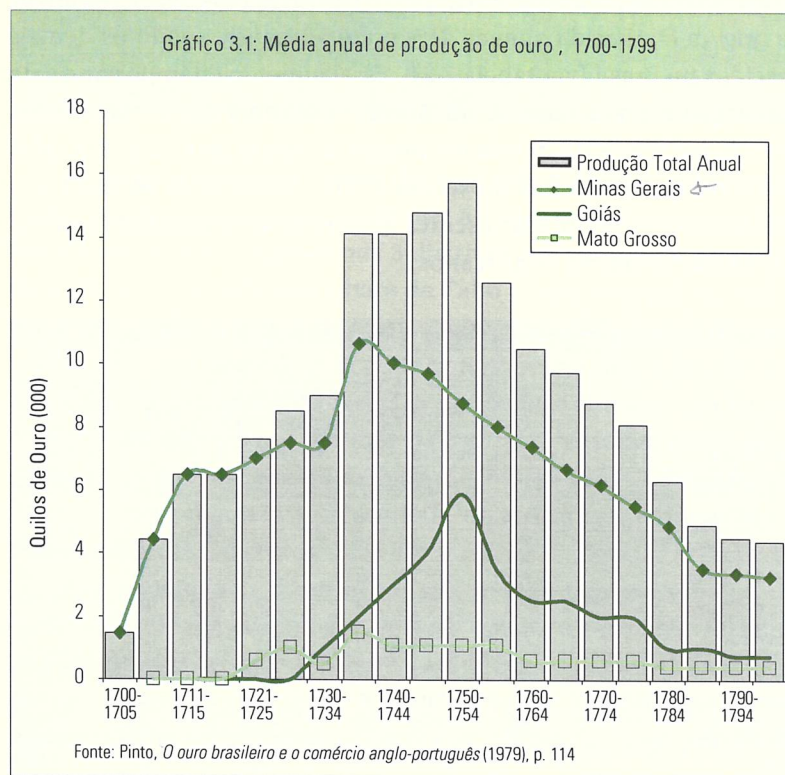
Entre as várias tentativas de desenvolver novos recursos, a Coroa começou a explorar o interior da colônia em busca de riquezas minerais.

O êxito dos bandeirantes paulistas no fornecimento de escravos indígenas em meados do século levava o governo a subsidiar a exploração sistemática dos sertões¹. No final do século XVII, após décadas de pesquisa infrutífera, descobriram-se substanciais jazidas de ouro aluvial na região da atual Minas Gerais, a cerca de 300 quilômetros do porto do Rio de Janeiro. Com isso, um tipo inteiramente novo de economia escravista emergiu em solo brasileiro: a mineração escravista. Ouro, e depois diamantes, seriam a base desse fenômeno do século XVIII, e o Brasil novamente seria o introdutor de um sistema de produção que logo se replicaria na América Espanhola. Embora nos Andes e no México a extração de prata ainda se baseasse no trabalho de índios livres assalariados e trabalhadores forçados por contrato, a mineração aurífera nas regiões isoladas do interior da América Espanhola seria, em boa parte, efetuada pela força de trabalho escrava, em um sistema bem semelhante ao do Brasil².

Os moradores da costa com seus escravos lançaram-se imediatamente a uma corrida a essas jazidas de ouro. Até a descoberta do ouro, no final do século XVII, o sertão de Minas Gerais, no coração da região aurífera, fora povoado apenas por índios não conquistados. Provavelmente já em 1710 havia cerca de 20 mil livres e igual número de escravos habitavam na região; em 1717, o número de escravos aumentara para 35 mil, e no início da década seguinte ultrapassou os 50 mil. O marco de 100 mil na população cativa provavelmente foi atingido na década de 1730, e nos anos 1760 havia 249.000 escravos e pessoas livres de cor e apenas 71.000 brancos na capitania. Na época do censo de 1776 foram registrados 266.000 pessoas de cor, das quais 157.000 eram escravos e a notável quantidade de 109.000 eram livres³. Em 1809 as pessoas livres de cor haviam ultrapassado numericamente a população escrava e, embora a população cativa continuasse a crescer, atingindo por fim 383.000 em 1872, as pessoas livres de cor continuaram a ser o segmentos populacional dominante na província até o fim da escravidão⁴. Tanto a rapidez do crescimento da população escrava como seu tamanho e composição destacaram Minas Gerais como uma zona singular de trabalho escravo no Brasil. O surto de exploração do ouro avançou bastante pela segunda metade do século XVIII (ver gráfico 3.1) e também foi sustentado por uma grande expansão nas exportações de diamante na parte final do século⁵.

Embora as seis primeiras décadas assistissem a uma verdadeira corrida do ouro, no último quarto do século ocorreu uma crescente diversificação da economia da região, e isso também se refletiria em mudanças na estrutura da força de trabalho escrava. Finalmente, todo esse crescimento propiciou o surgimento de importantes centros urbanos nessa capitania interior em meados do século. A população de Ouro Preto, por exemplo, atingiu na época 20 mil pessoas — apenas cerca de 10.000 a menos do que Salvador e Rio de Janeiro, as principais cidades portuárias do período⁶.

Gráfico 3.1: Média anual de produção de ouro, 1700-1799



Na primeira metade do século XVIII, durante a corrida do ouro, a população escrava que se expandiu velozmente em Minas proveio diretamente da África. Em uma amostra de censos do começo do século XVIII para os principais distritos de Minas Gerais, os africanos compuseram mais de 90% do total da população escrava. Havia

também um número significativo de cativos indígenas, que constituíam 2% do total da força de trabalho escrava, em comparação com os cativos nascidos no Brasil, que representavam 5% dessa força de trabalho (ver tabela 3.1). Já em 1738, segundo um censo de aproximadamente 8 mil escravos no distrito diamantífero de Serro do Frio, a proporção de africanos era 95%, e os índios haviam desaparecido do censo⁷. Com o passar do tempo, porém, a proporção de africanos diminuiu, embora a população cativa total da capitania continuasse a crescer. Em Congonhas do Sabará, em 1771, a porcentagem de africanos declinou para 68%, e segundo o censo de 1804, entre os cativos de origem conhecida apenas 41% eram africanos, sendo os demais nascidos no Brasil (ver tabela 3.2)⁸. Esse aumento da importância da população escrava nascida no Brasil é um tema que retomaremos quando tratarmos do desenvolvimento de Minas no século XIX. Mas está claro que já em fins do século XVIII e começo do século XIX o crescimento da população escrava deixara de ser sustentado somente pela incorporação de africanos.

Tabela 3.1: Origem da população escrava em várias localidades de Minas Gerais, 1718-1738

Localidades	Anos	Escravos					
		Africanos		Nascidos no Brasil		Sub total %	Índios
		Número	%	Número	%		
Vila de Pitangui	1718	245	91	25	9	100	28
Vila de Pitangui	1719	342	91	33	9	100	37
Vila de Pitangui	1720	346	91	33	9	100	37
Vila de Pitangui	1722	731	89	90	11	100	54
Vila de Pitangui	1723	695	90	80	10	100	45
Vila Rica	1718	3.862	96	157	4	100	59
Vila do Carmo	1718	7.694	96	318	4	100	187
Vila de São João d'el Rey	1718	1.041	91	97	9	100	140
Serro do Frio	1738	7.491	95	399	5	100	0
Total		22.447	95	1232	5	100	587

Fonte: Luna, "Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718)", tabela 7 e Minas Gerais: Escravos e Senhores, tabelas 2, 7, 9 e 13.

Tabela 3.2: Divisão dos escravos por origem em algumas localidades de Minas Gerais, 1804

Localidades	Africanos	Nascidos no Brasil	% Africanos
Abre Campo	25	33	43%
Capela do Barreto	61	131	32%
Furquim	372	582	39%
Gama *	132	83	61%
Inficionado *	252	174	59%
Itacolomi *	75	62	55%
Mariana *	131	116	53%
N. S. Remédios	36	97	27%
N.S.Dores	74	122	38%
São Caetano	262	380	41%
Vila Rica	1.151	1.688	41%
Total com origem conhecida	2.571	3.468	43%

Fonte: Luna, "Posse de Escravos em Minas (1804), tabela 7 & ANRJ

As origens africanas dessas duas ou três primeiras gerações de escravos mineiros variaram conforme a época e o lugar. Dos cativos naturais da África arrolados nos 3 distritos que compõem a amostra de 1718, cerca de 42% provinham de Cabo Verde, Senegal ou regiões do oeste da África (a maioria eram nagôs e minas da baía de Benin), e 58% eram de Congo-Angola e Moçambique, na África meridional, falantes principalmente do banto⁹. A razão entre africanos ocidentais e meridionais variou nos distritos da capitania ao longo do tempo, e os dados disponíveis para todo o século XVIII e início do século XIX mostram um progressivo predomínio de africanos meridionais em todas as cidades e distritos.

A predominância de africanos teve grande impacto sobre as características demográficas da população escrava local, porém no início os proprietários de escravos de Minas e de outras partes não tentaram qualificar essas modificações. A febre do ouro não levou os senhores a preocupar-se com os problemas populacionais de longo prazo nem com a estrutura familiar de seus cativos. Eles compravam principalmente homens africanos adultos. O fato de a Coroa conceder as áreas para exploração com base no tamanho dos plantéis e a necessidade imediata de trabalhadores cativos adultos também favoreceram essa tendência. A concessão de terras ao longo das margens de rios auríferos baseava-se — exceto para o descobridor — no número de escravos que o mineiro possuía. Para obter uma concessão de 66 metros, chamada

data, era preciso ser dono de no mínimo 12 escravos, e supunha-se que fossem todos trabalhadores adultos¹⁰. Além disso, a Coroa decidiu criar um imposto sobre a mineração baseado não na produção de ouro, mas em uma taxa *per capita* sobre os escravos¹¹. Assim, a proporção de homens adultos nas minas e cidades de Minas Gerais era elevadíssima, em muitos casos atingindo a extraordinária razão de dez ou mais homens para cada mulher entre os escravos (ver tabela 3.3). De fato, os homens representaram 93% da escravaria listada em documentos fiscais datados de 1718. Essa proporção seria gradativamente reduzida, mas persistiria nas primeiras décadas da ocupação de Minas Gerais, exigindo uma entrada constante de africanos para atender a crescente demanda de mão de obra escrava na região¹².

Em um censo de quatro distritos de Minas em 1718, a porcentagem de nascidos na África entre os 12.842 escravos cuja origem se conhece era de 88%, e nada menos que 92% dos escravos do sexo masculino eram africanos¹³. Outro estudo constatou que, entre os 402 cativos adultos arrolados em inventários de Sabará entre 1725 e 1759, 88% eram africanos, e que a razão de sexo (número de homens para cada 100 mulheres) era de 532. Essas razões permaneceram iguais para os inventários de Sabará que abarcam o período de 1760 a 1808. Embora a participação dos africanos adultos diminuísse para 76% do total de cativos adultos arrolados, a razão de sexo — 844 — permaneceu extraordinária. Esses números contrastavam com a proporção de 166 homens para cada 100 mulheres entre os cativos nascidos no Brasil no primeiro período e de 115 homens para cada 100 mulheres entre os escravos nascidos no Brasil no segundo período¹⁴. O padrão, porém, começou a mudar rapidamente na segunda metade do século XVIII. Pelo censo de 1804, a maioria dos escravos já se compunha de nascidos no Brasil, e com isso a razão de sexo tornara-se bem mais equilibrada, embora os cerca de 40% que eram africanos garantissem que ainda houvesse significativamente mais homens do que mulheres entre os escravos (ver tabela 3.4). Agora, para toda a população escrava cujo sexo foi declarado, a razão era de 198 homens para 100 mulheres, uma mudança notável com relação aos números do início do século XVIII¹⁵.

Tabela 3.3: Distribuição dos escravos por sexo em algumas localidades de Minas Gerais em 1718

	Homens	Mulheres	Razão masculinidade
Vila Rica	3.870	363	1.066
Vila do Carmo	8.003	596	1.343
São João del Rey	1.291	48	2.690
Pitangui	255	43	593
Total	13.419	1.050	1.278

Fonte: A mesma da Tabela 3.1

Tabela 3.4: Divisão dos escravos por sexo em algumas localidades de Minas Gerais, 1804

Localidades	Homens	Mulheres	Razão masculinidade
Abre Campo	45	13	346
Bacalhau	747	281	266
Capela do Barreto	110	82	134
Furquim	691	330	209
Gama	186	36	517
Guarapiranga	203	97	209
Inficionado	1.112	358	311
Itacolomi	219	78	281
Mariana	167	89	188
Morro Santa Ana	140	66	212
N.S. das Dores	127	83	153
N.S. dos Remédios	159	94	169
Passagem	274	144	190
São Caetano	454	227	200
Vila Rica	1.649	1.190	139
Total	6.283	3.168	198

Fonte: A mesma da Tabela 3.2

Os africanos eram predominantemente homens e adultos. Todos os estudos sobre as idades dos cativos africanos no século XVIII apontam uma razão de menos de dez crianças (0-15 anos de idade) para cada 100 africanos, uma proporção muito destoante da encontrada entre os nascidos no Brasil, que era de 40 a 50 crianças para cada 100 escravos¹⁶. Considerando o predomínio de adultos na migração africana, essa incidência extraordinariamente baixa de crianças não é de surpreender, mas, juntamente com a razão de sexo, ela é outro indicador de que, enquanto os africanos dominassem a força de trabalho local, o crescimento da população escrava ocorreria sobretudo graças à importação de escravos, e não ao crescimento natural da população cativa residente.

Essa distorção na estrutura etária da população escrava residente começou a mudar lentamente na segunda metade do século XVIII. Em um censo de escravos em Sabará no ano de 1776, as crianças de 0 a 15 anos compunham aproximadamente 28% do total de 21.268 escravos que foram registrados. Além disso, a razão de sexo global das crianças era de 117 meninos para 100 meninas, em contraste com o dobro na taxa encontrada para os adultos¹⁷. Na primeira metade do século XVIII o predomínio dos africanos influenciou acentuadamente as razões de idade e sexo da população escrava residente, e isso mudaria lentamente no decorrer do século em Minas Gerais, à medida que cativos nascidos no Brasil comesçassem a se tornar mais importantes na população. Devido ao aumento na proporção dos escravos nascidos no Brasil, a porcentagem de crianças no total da população cativa aumentou, juntamente com a porcentagem de mulheres. No censo de Vila Rica de 1804, por exemplo, as crianças representavam 22% da população de 2.763 escravos cujas idades foram registradas¹⁸.

Com o tempo aumentou a concentração na posse de escravos. A Coroa reservava as datas minerais para seus descobridores e para os mineiros possuidores de doze cativos ou mais; os que tinham número menor de escravos podiam obter áreas menores, proporcionais ao tamanho de seu plantel, mas a maioria desses mineiros pequenos proprietários de escravos tendia a concentrar-se na exploração itinerante, o que significava uma liberdade extraordinária para seus poucos cativos empregados na mineração: eles eram pagos pela produção de ouro¹⁹. Nas explorações em larga escala, denominadas lavras, os escravos trabalhavam em turmas, cuidadosamente supervisionados por feitores. Assim, em certos campos auríferos claramente definidos, como os dos arredores das cidades de Vila Rica e Vila do Carmo, altas concentrações de cativos garantiam uma organização e disciplina equivalente a dos engenhos²⁰. Ali e em outros campos de ouro aluvial, faziam-se altos investimentos para exploração das lavras, com sistemas de dragagem e grandes obras hidráulicas, como a construção de barragens, o desvio de rios, a canalização e transporte de água a longa distância para o desbaste e exploração dos morros. Todas essas atividades, obviamente, requeriam muitos escravos qualificados para trabalhar como carpinteiros, pedreiros e ferreiros, e também uma grande quantidade de cativos para o trabalho braçal²¹. Essas lavras, fortemente

6% trabalhadores na mineração em 1814

supervisionadas e controladas, absorviam uma parte expressiva dos cativos envolvidos na mineração em Minas Gerais. Em 1814, período já de decadência da mineração, havia em Minas 6.662 trabalhadores (dos quais 6.493 eram cativos) em cerca de 555 lavras, e 5.747 faiscadores garimpando individualmente, dos quais 1.871 eram escravos.²² Esses 8.364 escravos compunham aproximadamente 6% dos 149 mil cativos estimados na capitania naquela época.²³

Provavelmente metade dos mineradores e um quarto dos escravos, mesmo no período inicial, eram itinerantes. Dentre estes, muitos eram escravos que trabalhavam sem fiscalização, faiscando em rios, dispersos pela capitania de Minas Gerais e mais a oeste, nas capitanias de Goiás e Mato Grosso. Já em 1735 Goiás tinha 10.263 trabalhadores ocupados na mineração, a maioria deles escravos e forros que exploravam ouro e diamante em minas fixas e no garimpo itinerante.²⁴ Por sua vez, Mato Grosso tinha 11.910 cativos em 1797.²⁵ Mineiros com pouco capital para explorar uma lavra, ou sem cativos suficientes para obter uma concessão da Coroa, recorriam a faiscação itinerante, individualmente ou com poucos escravos. Os escravos na faiscação costumavam passar um tempo considerável longe de seus senhores garimpando ouro e entregavam uma quantia fixa de ouro a seus donos; eventualmente pagavam seu sustento e podiam acumular recursos até mesmo para comprar sua liberdade.²⁶ Embora os governos locais criticassem esse estilo itinerante de mineração como perigoso para o controle social, ele estava disseminado demais para ser eliminado. Em contraste, a exploração formal nas lavras empregava grupos numerosos de cativos rigorosamente supervisionados²⁷.

Embora a posse de escravos se restringisse a uma minoria da população mineira, a proporção de domicílios com escravos era relativamente alta, chegando a um terço ou mais nas cidades de Minas Gerais no século XVIII²⁸. Como se evidencia no censo de 1718, a maioria dos 2.120 proprietários de escravos (60%) possuía 5 cativos ou menos (do total de 14.665 escravos cuja situação de posse era conhecida), e controlava pouco menos de um quarto de toda a escravaria (ver tabela 3.5). Esse padrão repete-se em uma amostra maior de senhores e escravos nas três zonas de Minas no começo dos anos 1720, Vila Rica, Sabará e São José del Rei, que continham cerca de 3.163 senhores e 19.820 escravos (ver tabela 3.6). Nas amostras de 1717 e 1718, mais

especialidade da economia baseada na mineração itinerante e fiscalização da posse.

de 60% dos proprietários possuíam 4 cativos ou menos, e os números para as três zonas em 1721-22 são bem semelhantes, com quase 60% dos senhores possuindo 5 escravos ou menos; em ambos os casos esses pequenos proprietários controlavam aproximadamente um quinto da força de trabalho cativa. Nos dois casos, o grupo seguinte de proprietários, com plantéis de 6 a 10 cativos, compunha um quarto dos proprietários e possuía cerca de um quarto da escravaria. No grupo com plantéis acima de dez cativos havia mais variação entre as comunidades estudadas, e eram pouquíssimos os senhores com mais de 50 cativos. Em uma amostra de comarcas em 1718, o plantel médio consistia em 7 escravos, e a média nas três comunidades em 1721-22 situava-se entre 6 e 7 cativos²⁹.

Tabela 3.5: Distribuição dos escravos e proprietários por tamanho do plantel, em 14 localidades (1715-1717) e 17 localidades em 1718

Tamanho do Plantel	1715-1717		1718	
	Proprietários	Escravos	Proprietários	Escravos
1	18%	3%	25%	5%
2	16%	5%	17%	6%
3	14%	6%	12%	7%
4	7%	4%	9%	6%
5	8%	6%	7%	7%
1-5	62%	24%	60%	22%
6-10	22%	25%	21%	23%
11-20	12%	28%	13%	27%
21-40	4%	15%	5%	18%
41 +	1%	7%	1%	9%
Total	100%	100%	100%	100%
(n)	539	3.503	2.071	14.365

Fonte: Para 1715-1717: Antigos Povoadores: Doc. No.64, Documentos Avulsos, APM, para 1718, Luna, "Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718), tabela 7

Tabela 3.6: Distribuição dos proprietários e escravos por tamanho do plantel, localidades selecionadas em Minas Gerais, 1720s

Tamanho do Plantel	Vila Rica 1721		Sabará 1721		S.José del Rei 1722	
	Proprietários	Escravos	Proprietários	Escravos	Proprietários	Escravos
1-4	57%	20%	57%	20%	56%	19%
5-9	25%	27%	22%	22%	24%	24%
10-19	13%	28%	16%	31%	12%	24%
20-49	5%	22%	5%	21%	7%	27%
50 & mais	0%	3%	1%	6%	1%	7%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
(N)	1.757	10.471	912	5.992	494	3.357

Fonte: Tarcísio Rodrigues Botelho, "População e escravidão nas Minas Gerais. c. 1720,"

Essas distribuições, em comparação com as de períodos posteriores, mostram um nível surpreendentemente baixo de desigualdade na classe dos senhores no que respeita ao tamanho dos plantéis. O índice de GINI para a distribuição dos escravos entre os proprietários indica relativamente pouca desigualdade, com coeficientes que variavam da metade da faixa dos 0,40 até a metade da faixa dos 0,50; contudo, foram encontrados valores elevados na metade da faixa dos 0,60 para dois distritos mineiros. Essas acentuadas disparidades no índice de GINI sugerem que havia variações significativas na posse de escravos, relacionadas às condições econômicas locais (ver tabela 3.7). Não obstante, a maioria dos índices de GINI calculados para essas localidades no século XVIII mostra que esses índices de distribuição foram menos desiguais entre os proprietários de escravos do que as que existiriam no Brasil no século XIX. Como veremos no próximo capítulo, um censo quase completo realizado em Minas entre 1831 e 1832 produziu um índice de GINI de 0,57 entre os proprietários de escravos, indicando alta concentração em comparação com a maioria dos índices de GINI calculados para Minas Gerais no século XVIII. Finalmente, cabe ressaltar que esses proprietários mineiros surpreendentemente eram em grande parte alfabetizados. Um estudo de 263 homens e mulheres proprietários de escravos em Vila Rica em 1718 constatou que nada menos que 87% deles eram alfabetizados, e para Vila do Carmo nesse mesmo ano, dos 176 senhores de ambos os sexos para os quais havia indicação sobre a instrução, 85% eram alfabetizados³⁰.

Processo de censo em Vila Rica em 1718 - povoagem do XVIII - XIX.

Tabela 3.7: Proprietários e escravos: indicadores de posse e distribuição

Localidades	Anos	Total de proprietários	Total de Escravos possuídos	Média de escravos por proprietário	Moda na posse de escravos	Índice de Gini na posse de escravos
Vila de Pitanguy	1718	49	300	6,1	2	0,403
Vila de Pitanguy	1719	62	415	6,7	4	0,397
Vila de Pitanguy	1720	62	419	6,8	2	0,480
Vila de Pitanguy	1722	124	893	7,2	2	0,508
Vila de Pitanguy	1723	135	867	6,4	2	0,532
Serro Frio	1738	1744	7937	4,6	1	0,573
Santa Ana das Lavras	1764	95	471	5,0	1	0,484
Engenho do Mato	1764	27	289	10,7	1	0,498
São João del Rei	1764	30	243	8,1	3	0,524
Carrancas	1764	74	655	8,9	1	0,643
Congonhas do Sabará	1771	235	1350	5,7	1	0,549
São João Baptista	1778	12	35	2,9	1	0,388
Sepurihu	1789	122	513	4,2	1	0,542
São Domingos	1789	99	729	7,4	1	0,645
Água Suja	1789	175	1093	6,2	1	0,583
Congonhas do Sabará	1790	124	556	4,5	1	0,537
Santa Ana do Sapucaí	1790	85	342	4,0	1	0,498
Santa Luzia	1790	917	5931	6,5	1	0,647
São João Barra Longa	1792	175	1407	8,0	1	0,558
Inficionado	1792	367	2248	6,1	1	0,618

Fonte: As mesmas da tabela 3.2 e Luna, Minas Gerais: escravos e senhores, tabelas 5, 30, & 34.

Um estudo de inventários *post-mortem* das zonas mineiras do Rio das Mortes e Rio das Velhas durante o século XVIII também mostrou pronunciada desigualdade na distribuição dos cativos (ver tabela 3.8), refletindo provavelmente uma subcontagem dos proprietários de escravos mais pobres que não deixaram testamento. O interessante é que, separando-se os proprietários por sexo, as mulheres eram encon-

tradas mais acentuadamente entre os pequenos proprietários, com 70% delas possuindo dez cativos ou menos, em comparação com 65% dos homens nessa categoria³¹.

Tabela 3.8: Estrutura da posse de escravos em inventários, comarcas do Rio das Velhas (1720-1784) e do Rio das Mortes (1716-1789)

Tamanho do Plantel	Proprietários de Escravos			
	Homens	Mulheres	% dos Proprietários	% dos Escravos Possuídos
1	42	16	9%	1%
2	45	17	10%	2%
3	49	20	11%	3%
4	43	19	10%	4%
5	27	17	7%	3%
1 - 5	206	89	46%	13%
6-10	108	51	25%	19%
11-20	78	23	16%	22%
21 - 40	49	14	10%	26%
41 & mais	14	5	3%	21%
Total (n)	480	200	100%	100%
(n)				6.656

Fonte: Eduardo França Paiva, "Por meu trabalho, serviço e indústria: histórias de africanos, crioulos e mestiços na Colônia - Minas Gerais, 1716-1789," (São Paulo: Tese, FFLCH-USP, 1999)

As diferenças entre os sexos eram pronunciadas entre os forros que possuíam escravos e fizeram testamento nesses dois distritos de Minas Gerais nesse período. O tamanho médio dos plantéis era claramente menor, apenas metade da média de 10 cativos dos proprietários não-forros. Mas é interessante notar que, entre os forros, em média as mulheres possuíam mais escravos do que os homens e predominavam tanto numericamente como no tamanho dos plantéis, desempenhando um papel mais proeminente do que as mulheres da população não-forra (ver tabela 3.9). Padrão semelhante foi encontrado para cerca de 49 proprietários forros em Sabará em 1720: as 37 proprietárias dessa população de libertos controlavam mais de dois terços dos 99 cativos pertencentes a esse grupo; entretanto, o plantel médio das mulheres forras era menor que o dos homens forros³².

Tabela 3.9: Estrutura da posse de escravos entre forros em inventários, comarcas do Rio das Velhas (1720-1784) e Rio das Mortes (1716-1789)

Tamanho do Plantel	forros proprietários de escravos			% de escravos possuídos	
	Proprietários	Proprietárias	% todos proprietários	Proprietários	Proprietárias
1	6	10	14%	4%	2%
2	2	9	10%	3%	4%
3	7	14	18%	16%	10%
4	6	9	13%	18%	8%
5	0	12	10%	0%	14%
1-5	21	54	65%	41%	38%
6-10	6	26	28%	33%	45%
11-20	3	4	6%	26%	12%
21-40	0	1	1%	0%	5%
41+	0	0	0%	0%	0%
Total			100%	100%	100%
(n)	33	95		135	434

Fonte: Paiva, "Por meu trabalho, serviço e indústria: loc cit.

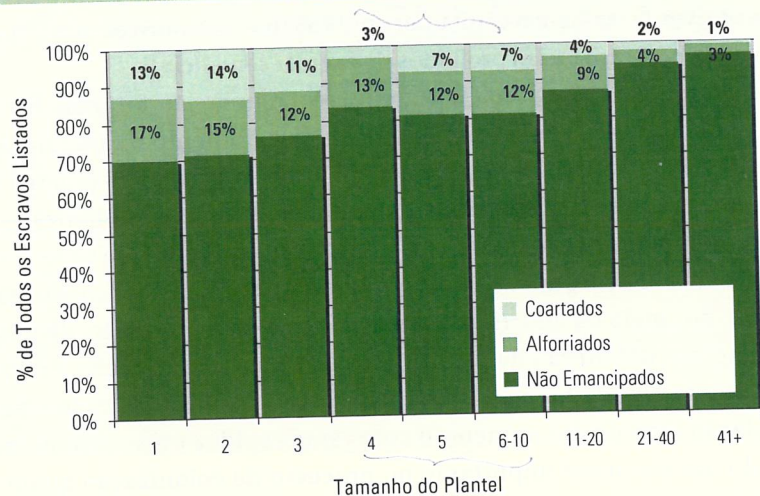
Na distribuição da posse de escravos por ocupação, que existe somente para o distrito do Carmo em 1718, os maiores proprietários eram autoridades, e muito provavelmente se dedicavam à mineração. Mineradores claramente definidos possuíam em média 9 escravos, enquanto os faiscadores tinham em média metade desse número³³. Evidencia-se nessa distribuição que poucos possuíam plantéis numerosos, e estes pareciam concentrar-se no setor da mineração. Obviamente, os maiores proprietários de escravos da capitania na primeira metade do século XVIII foram mineradores. Em São Caetano no ano de 1804, por exemplo, os mineradores possuíam em média 23 cativos, em contraste com a média de 3 para os faiscadores.

A disponibilidade de dados sobre escravos em Minas no século XVIII deve-se acentuadamente à tentativa da Coroa de conter o contrabando de ouro e tributar essa riqueza. Incapaz de controlar a extração aurífera ilegal, em 1735 a Coroa desistiu de tentar tributar o ouro fundido (o modo usual como os ibéricos determinavam a produção e aplicavam os tributos) e recorreu à taxa per capita sobre os escravos de todos os proprietários nas zonas mineradoras, além de taxar todos os bens que entrassem e saíssem da capitania. Embora houvesse variações desse sistema de tributação ao longo do tempo, ele também foi inicialmente adotado — porém com taxa mais elevada — para os

cativos nos distritos diamantíferos, ainda que neste caso existisse um monopólio régio estabelecendo um rigoroso controle sobre as exportações³⁴. Mesmo isso foi insuficiente, e em 1719 ordenou-se que todos os ourives deixassem a capitania; em 1766 todos os ourives que trabalhavam no Brasil foram proibidos de exercer seu ofício³⁵.

A tentativa da Coroa de controlar a mineração foi mais bem-sucedida do que seu esforço para conter o aumento da população de negros e mestiços livres. Embora a Coroa se opusesse à emergência dessa classe de indivíduos, os padrões normais da colonização, as recompensas pelo trabalho e a miscigenação geral que se tornou regra nas relações sociais da capitania levaram ao crescimento rápido, por meio da alforria, da autocompra e da reprodução, de uma numerosa população livre de cor nos campos de mineração. Provavelmente em nenhuma outra região escravista das Américas a população livre de cor aumentou com tanta rapidez ou se tornou tão cedo um elemento importante no processo de colonização quanto em Minas Gerais, e esse crescimento deveu-se a taxas muito elevadas de reprodução natural e a um fluxo de alforrias relativamente constante, embora pequeno. Mesmo sendo difícil estimar o ingresso anual de cativos alforriados no total da classe das pessoas livres de cor, um estudo de inventários de duas comarcas em Minas Gerais no século XVIII mostrou que 14% de todos os escravos ou foram alforriados graciosamente ou compraram sua liberdade no decorrer daquele século. Desses 932 ex-escravos, no total de 6.656 arrolados, cerca de 36% compraram a própria liberdade. É interessante notar que, quanto menor o plantel, mais provável era a ocorrência da alforria e a autocompra, como se pode ver no gráfico 3.2.

Gráfico 3.2: Escravos coartados, alforriados e os não emancipados; Inventários nas comarcas do Rio das Velhas (1720-84) e Rio das Mortes (1716-1789), por tamanho do plantel (n=10,600)



Paiva, Escravidão...Minas Gerais, 1716-1789, quadro 30, p. 177

*Para quem
comparar a
situação de
plantel*

Temos também dados censitários para cidades e distritos individuais que listam os forros como um grupo separado. Nessas estimativas para seis regiões de Minas Gerais no período 1735-1749, a porcentagem média dos forros na população total desses distritos foi apenas de 1% a 1,5%. Ocorre, porém, que esses números baseiam-se em registros do fisco, que essencialmente tributava tanto escravos como forros, e os proprietários forros não eram contados no censo dos forros e sim no censo dos proprietários de escravos. Já em 1714 havia no distrito de Sabará 91 proprietários negros e mulatos de escravos, representando 7% do grupo total de senhores arrolados nesse ano. Em Serro do Frio em 1738 havia 387 forros (244 eram mulheres) donos de cativos, compondo 22% dos proprietários e possuindo 10% da escravaria³⁶. Um censo de domicílios da freguesia mineira de Congonhas do Sabará em 1771 evidencia que os forros compunham uma parte significativa da população. Dos 393 domicílios da freguesia, 112 eram chefiados por forros, e 72% desses libertos chefes de domicílio eram mulheres. Esses números contrastam com a porcentagem muito menor de domicílios chefiados por mulheres entre os não-forros: apenas 16%³⁷.

Em 1786, quando havia aproximadamente 174.000 escravos na capitania, o número de pessoas livres de cor, já ultrapassara 123.000. O crescimento da população de pessoas livres de cor prosseguiu mais acentuadamente que o da população cativa. Na primeira década do século XIX as pessoas livres de cor ultrapassaram numericamente os escravos e se tornaram o maior grupo na população provincial em rápido crescimento. Essa tendência continuou século XIX adentro, apesar da contínua expansão da população escrava. Embora o governo português criticasse o crescimento dessa classe e protestasse que ele se baseava no roubo de ouro e outros minérios, pouco podia fazer para deter a expansão. Um perspicaz juiz da Coroa, Teixeira Coelho, observou em uma “Instrução para o governo das Minas Gerais” que as regras contra vadios deviam ser suspensas no caso de Minas, “[...] porque estes vadios, que em outra parte seriam prejudiciais, são ali úteis.” Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza:

Negros forros e mestiços na sua maior parte — mulatos, caboclos, carijós —, serviam para povoar locais distantes como Cuieté, Abre Campo e Peçanha, onde se iam estabelecendo presídios; engrossavam os contingentes que entravam mato adentro destruindo quilombos e prendendo foragidos; cultivavam plantações de subsistência, enfim, realizavam uma série de tarefas que não podiam ser cumpridas pela mão-de-obra escrava³⁸.

Negros e mulatos livres tiveram papel importante na sociedade colonial mineira e, no final do século, tornaram-se o grupo predominante na região. A elite sempre os desprezou e tentou impedir-lhes a mobilidade social de todos os modos possíveis, porém em vão³⁹.

A economia do ouro no Brasil também originou uma importante cultura urbana regional. Na segunda metade do século, Minas Gerais tinha centros urbanos na faixa de 10 mil a 20 mil habitantes que sustentavam um estilo de vida bem desenvolvido, baseado na mão de obra escrava qualificada e não-qualificada. A restrição ao clero na capitania levou à organização de um complexo grupo de irmandades religiosas leigas, que se incumbiam da construção da maioria das igrejas e das elaboradas celebrações das festas religiosas. Essas organizações serviam às funções religiosas e também como sociedades de auxílio mútuo e assistência funerária, e eram centros vitais de atividade social para seus participantes. A maioria dessas irmandades era

Finanças

formada pelos elementos mais pobres da sociedade, e grande parte delas organizava-se com base nas divisões de cor. A mais famosa delas era a irmandade de negros dedicada a Nossa Senhora do Rosário, formada por escravos e pessoas livres de cor. A elite tendia a congregar-se em ordens terceiras, sancionadas pelos provinciais das várias ordens missionárias⁴⁰. Na década de 1720 havia irmandades negras de Nossa Senhora do Rosário em todas as cidades de Minas, e foram preservados registros de 62 delas (de um total de 322 irmandades espalhadas por toda a capitania mineira). Eram, provavelmente, a maior organização dentre os 52 tipos de irmandades estabelecidas em Minas Gerais no período colonial⁴¹. Boa parte da vida urbana na colônia girava em torno dessas irmandades, e elas eram fundamentais no patrocínio das artes e da música, além de serem responsáveis pela construção de boa parte das igrejas⁴². Essa atividade religiosa, que envolvia muitos artistas, arquitetos e músicos africanos e afro-brasileiros, era tão vibrante que o movimento como um todo foi definido como uma cultura distinta: o barroco mineiro. Em cidades como Vila Rica, que chegou aos 20 mil habitantes na década de 1740, a elite mineradora, junto com os artesãos e até os pobres, custeou um desenvolvimento cultural surpreendentemente rico, expresso em suntuosas obras de arquitetura, artes plásticas e música, além de cerimônias públicas⁴³. Não resta dúvida de que as numerosas irmandades religiosas de negros e pardos foram extremamente importantes na criação dessa cultura mineira. Os mais famosos escultores e arquitetos de Minas Gerais eram indivíduos livres de cor. Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, era filho de uma escrava e de um arquiteto português⁴⁴. Suas esculturas e ornamentações de igrejas oitocentistas em Minas granjearam-lhe a reputação de principal artista brasileiro do período Rococó. Como seu pai, ele também foi arquiteto. Outro artista de renome foi Manuel da Cunha, nascido escravo, que foi o principal retratista da época e também pintou muitas paredes e altares das grandes igrejas brasileiras. Ele estudou no Brasil e em Portugal, e já tinha uma carreira notável antes de ser alforriado. Na música, os compositores mineiros eram quase todos mulatos. O mais destacado foi Emerico Lobo de Mesquita, organista de uma importante irmandade branca, membro da irmandade de mulatos e compositor, atualizado com as obras do Barroco europeu. Outro compositor proeminente foi o padre jesuíta José Maurício Nunes Garcia, filho de um

mestiço e de uma forra, que foi nomeado compositor da corte quando a família imperial mudou-se para o Brasil em 1808⁴⁵.

O ouro foi o primeiro metal exportado, inicialmente de Minas Gerais, depois também de Goiás a partir dos anos 1720 e por fim de Mato Grosso a partir da década seguinte, mas não era o único minério explorado. Em 1729 anunciou-se a descoberta de diamantes no extremo norte de Minas Gerais⁴⁶. Assim como o ouro, os diamantes eram encontrados em jazidas aluviais, em leitos e margens de rios e em canais deixados por rios intermitentes. A mão de obra escrava foi usada para obter essas pedras preciosas da mesma maneira que para o ouro, ou seja, com grandes obras hidráulicas e de drenagem e simultaneamente ao uso da tradicional bateia. O impacto dos diamantes encontrados em Minas Gerais e Goiás sobre o mercado europeu foi imediato, e os preços internacionais sofreram uma redução de dois terços em consequência das descobertas. A Coroa tentou criar um monopólio régio sobre a extração das pedras, porém com pouco êxito. De fato, os diamantes revelaram-se mais difíceis de controlar do que o ouro, pois este requeria fundição. O boom diamantífero do século XVIII, que teve seu começo e seu auge mais tarde que o aurífero, tendeu a empregar menos cativos em plantéis muito mais esparsos do que as operações de lavagem de ouro⁴⁷.

A ascensão dos centros mineradores em Minas Gerais teria profundo impacto no crescimento subsequente da escravidão e das populações negras em outras partes do Brasil. A corrida do ouro em Minas mudou o centro de gravidade da economia e população do norte para o centro e o sul do Brasil. A logística do transporte permitiu que a movimentação de mercadorias da região mineira fosse realizada tanto pela Bahia como pelos estados do sul⁴⁸. Assim, as cidades mineiras, goianas e mato-grossenses tornaram-se a hinterlândia crucial do porto do Rio de Janeiro e de toda a região sudeste. O Rio de Janeiro logo superou a Bahia em navegação e comércio internacional, e rapidamente sua população aproximou-se do marco de 50 mil pessoas da capital imperial. A Coroa reconheceu essa nova realidade e transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Isso impeliu ainda mais a expansão da cidade, e em fins do século o Rio de Janeiro era não só o principal porto do tráfico de escravos no Brasil e de comércio com Minas Gerais, mas também o mais importante centro urbano da colônia, com mais de

Ascensão do centro-sul

Ascensão do centro-sul

100 mil habitantes. Com isso, o Rio de Janeiro tornou-se, ao lado da cidade do México, uma das duas maiores cidades da América⁴⁹.

Outras áreas do sudeste também se beneficiaram extraordinariamente do crescimento desse novo mercado localizado no interior da colônia. Embora a corrida do ouro inicialmente perturbasse a produção na costa atraindo numerosos especuladores e fazendeiros com seus escravos, logo criou mercados a serem atendidas pelas áreas costeiras. Nos primeiros anos, a febre do ouro absorveu de tal modo a força de trabalho em Minas Gerais que poucos trabalhadores, livres ou escravos, puderam dedicar-se sistematicamente a plantar ou criar animais. Embora essa situação mudasse rapidamente, com o estabelecimento da agricultura e pecuária na região e ao longo das rotas de abastecimento, boa parte das necessidades de alimentos e animais dessa capitania em crescimento era suprida por fornecimento por outras áreas⁵⁰. Além da oferta de gêneros provenientes do Rio de Janeiro e de São Paulo, criou-se toda uma indústria de pastoreio nos pampas gaúchos e ainda mais ao sul, nas margens orientais do rio da Prata (em áreas hoje pertencentes ao Uruguai), para fornecer carne, couro e mulas, cruciais para sistema de comboios que percorriam o sertão. Além disso, foi aberta uma extensa rede de caminhos entre essas zonas meridionais e São Paulo na década de 1730.

São Paulo viria a ser a região mais afetada pela abertura das minas no interior. Até fins do século XVIII a capitania de São Paulo, nos limites meridionais da colônia portuguesa do Brasil, era uma fronteira esparsamente habitada e coberta de florestas e abrigava uma rara combinação de índios, mestiços e brancos. Pelos padrões do resto do Brasil, era uma região atrasada. Provavelmente em nenhuma outra região das Américas cativos indígenas e trabalhadores livres índios e mestiços haviam-se integrado tão plenamente em um regime colonial dominado por brancos. Como aliados, dependentes e escravos, os índios da região entrelaçaram-se fortemente na urdidura da sociedade paulista e formaram a base de seus exércitos, a força de trabalho agrícola e até mão de obra urbana. Isso deu à sociedade local um singular aspecto mestiço e criou uma população de fronteira famosa por suas façanhas militares, suas habilidades de exploradores e sua extraordinária mobilidade. Esses atributos levaram contingentes de paulistas a todo o oeste sul-americano, do Amazonas ao Rio da Prata⁵¹.

Embora algum açúcar e aguardente fossem inicialmente produzidos na capitania de São Paulo, esses gêneros supriam apenas as necessidades locais e, dadas as dificuldades de transportá-los dos planaltos interioranos, só na segunda metade do século XVIII eles adquiriram importância como produtos de exportação. A região, distante da sede da autoridade colonial, caracterizava-se pela agricultura de queimada, pequenas povoações costeiras e modestos vilarejos no planalto, com esparsas unidades agrícolas que produziam gêneros de subsistência em áreas cercadas pela mata virgem. São Paulo foi uma capitania que demorou a desenvolver-se, e a mudança para a mão de obra de escravos africanos ocorreu relativamente tarde, ganhando ímpeto somente após a ocupação de Minas Gerais. Embora pudessem ser encontrados alguns africanos desde o começo do povoamento paulista, a população indígena local, escravizada ou assentada em aldeamentos sob controle de colonos brancos e mestiços, compôs a principal força de trabalho até boa parte do século XVIII⁵². Numerosos indígenas haviam sido reduzidos à subserviência, vivendo em aldeamentos e sendo explorados como trabalhadores⁵³, enquanto outros eram efetivamente escravizados. Dada a pobreza da região, índios livres e escravos continuavam a constituir o grosso da força de trabalho disponível para a pequena população branca e mestiça. Embora a magnitude do tráfico indígena seja debatida⁵⁴, não há dúvida de que ele foi crucial para a evolução da economia paulista, pois constituiu uma das poucas fontes de receitas de exportação da capitania, que ainda era fortemente orientada para a agricultura de subsistência⁵⁵. Mas a crescente oposição do governo e da Igreja à escravização de indígenas, aliada ao crescimento de atividades econômicas que permitiram aos paulistas comprar escravos africanos, gradualmente levou à substituição dos cativos índios por africanos após 1700, resultando no fim da escravidão indígena em meados do século XVIII. Os índios das aldeias, por sua vez, não sobreviveram como uma cultura autônoma depois dos meados do século XIX⁵⁶. No início do desenvolvimento das Minas Gerais, os primeiros exploradores paulistas levaram consigo seus índios cativos, importantes nos primeiros vinte anos da exploração mineral, sendo então substituídos por escravos africanos.

Na época do primeiro censo disponível de São Paulo, na década de 1760, assim como no decênio seguinte, os escravos africanos e seus

capitania de São Paulo

interiores do centro-sul

produção de açúcar e aguardente SP

descendentes eram encontrados por toda a capitania, com elevada proporção na região da capital, no litoral e no oeste paulista (ver tabela 3.10). Além disso, ocorreu um aumento progressivo na participação dos cativos nascidos no Brasil, como se pode deduzir pela queda gradativa da proporção masculina entre 1765/68 e 1777.

Tabela 3.10: Censos da população livre e escrava em São Paulo, 1765/68 e 1777

População – 1765/1768					
Regiões	Livres	Escravos	Total	Razão de masculinidade dos escravos	% escravos na população
Vale do Paraíba	11.185	3.727	14.912	137	25%
Região da Capital	19.439	8.868	28.307	117	31%
Oeste Paulista	6.000	2.734	8.734	130	31%
Caminho do Sul	14.325	3.910	18.235	143	21%
Litoral	9.598	4.094	13.692	149	30%
TOTAL	60.547	23.333	83.880	131	28%
População – 1777					
Vale do Paraíba	18.102	4.901	23.003	123	21%
Região da Capital	32.315	9.054	41.369	110	22%
Oeste Paulista	8.352	2.634	10.986	111	24%
Caminho do Sul	19.146	4.355	23.501	124	19%
Litoral	10.261	4.304	14.565	127	30%
Total	88.176	25.248	113.424	117	22%

Fonte: Luna & Klein, Slavery and the Economy of São Paulo, tabela 1.1 p. 25

Pela sua pobreza e concentração na agricultura, os paulistas proprietários de escravos tendiam a possuir plantéis relativamente reduzidos e apresentavam melhor distribuição na posse escravos do que seus contemporâneos dos distritos mineiros. Isso pode ser ilustrado pelo valor relativamente baixo do índice de GINI (0,52) e pelo fato de dois terços dos proprietários possuírem menos de seis escravos e seus cativos representam um terço do total existente em São Paulo em 1777 (ver tabela 3.11).

Tabela 3.11: Distribuição dos escravos e proprietários por tamanho do plantel, em 30 localidades de São Paulo, 1777-1778

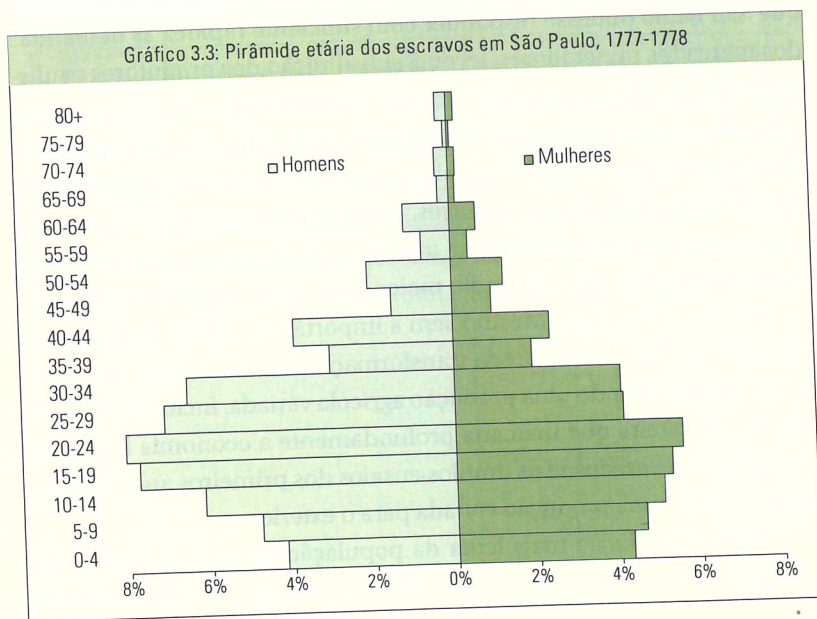
Tamanho do plantel	% dos proprietários	% dos escravos
1	25%	5%
2	16%	6%
3	12%	7%
4	9%	7%
5	7%	7%
1-5	69%	30%
6-10	18%	25%
11 – 20	9%	24%
21 – 40	3%	13%
41+	1%	7%
Total	100%	100%
(n)	4.746	25.859

Fonte: AESP, Mapas de População

A descoberta das jazidas auríferas em Minas pelos paulistas inicialmente estimulou um forte crescimento da produção de gêneros alimentícios em território paulista, mas a criação de rotas mais diretas entre o Rio de Janeiro e as jazidas de ouro de Minas Gerais (o chamado “caminho novo”, que foi aberto em etapas de 1707 a 1720), além do fato de que apenas 18 mil pessoas habitavam as planícies paulistas, impedindo que São Paulo pudesse responder com suficiente rapidez às demandas dos mercados mineradores, levou à substituição dos produtores paulistas pelos do Rio de Janeiro. Com isso, os produtores do Rio passaram a fornecer gêneros alimentícios e açúcar produzido em sua região, e o Rio de Janeiro tornou-se o principal porto para todas as exportações e importações, inclusive de escravos, da província mineira. Por sua vez, a economia paulista também se tornou mais dependente do mercado do Rio de Janeiro, que era muito maior, para obter capital e compradores para seus produtos. Mesmo sem a importância do Rio de Janeiro, a capitania de São Paulo sofreria transformações fundamentais no século XVIII, desenvolvendo uma produção agrícola variada, inclusive uma atividade açucareira que marcaria profundamente a economia local, que pela primeira vez, desde os tímidos ensaios dos primeiros anos de colonização, teria uma produção voltada para o exterior.

Dada a evolução mais lenta da população africana de São Paulo comparada à de Minas, não surpreende que a razão de sexo fosse mais

equilibrada entre os escravos residentes na província no século XVIII. Embora as especificações de origem e/ou cor sejam limitadas para os cativos no censo de 1777-1778, a razão de sexo para o total de 22.067 escravos foi de 143 homens para cada 100 mulheres, e a média global de idade dos 21.602 cativos com idades conhecidas foi relativamente alta: 26,5 anos. Embora esses desequilíbrios de idade e sexo nessa população escrava sejam menores do que os identificados na população cativa de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, ainda assim indicam uma razoável influência do tráfico de africanos sobre a população local, com seu conhecido viés em favor dos homens adultos. Os poucos dados encontrados nesse censo sobre origem e cor dos cativos (menos de 2 mil escravos) indicam uma razão de sexo de 155 para os nascidos na África, em contraste com a razão de 99 homens para 100 mulheres entre os nascidos no Brasil, com média de idade de 36 anos para os africanos, comparada a 21 anos para os nascidos no Brasil. Na distribuição por idade, a população escrava total mostrou a influência dos africanos não só na distribuição por sexo, mas também no acentuado agrupamento da população nas faixas etárias mais ativas, com uma porcentagem relativamente baixa de crianças de ambos os sexos entre esses cativos paulistas: apenas 29% eram menores de 15 anos (ver gráfico 3.3).



Ainda que o Rio de Janeiro lucrasse mais com a abertura das minas de ouro no interior, a rede de interdependência criada na economia pela exploração aurífera favoreceu uma distribuição mais equilibrada da população do Brasil e também ocasionou a disseminação da escravidão por todos os setores da economia colonial. Os escravos chegaram à fronteira trabalhando na produção de gêneros alimentícios e na agropecuária que floresceu na região costeira do centro-norte e nas novas zonas de pastagens do sul. O caso da província do Rio Grande do Sul foi característico desse processo. Na primeira parte do século ocorreu uma vigorosa abertura das pastagens meridionais da região, tanto com o objetivo político de impedir a expansão espanhola em direção ao norte como em resposta às demandas de Minas Gerais. Em fins do século havia cerca de 21 mil escravos e 5 mil pessoas livres de cor, forros e nascidos livres, em uma população de 71 mil pessoas. Os cativos trabalhavam no setor exportador da economia. Enquanto os vaqueiros nas estâncias eram sobretudo índios ou peões gaúchos livres, as charqueadas funcionavam com mão de obra escrava. A carne-seca e salgada, ou charque, era produzida em estabelecimentos especializados nos quais trabalhavam geralmente entre 60 e 90 escravos. No início do século XIX as charqueadas da região sul-rio-grandense funcionavam a todo vapor e empregavam cerca de 5 mil cativos. O mercado para o charque era interno, pois os produtos brasileiros perdiam na concorrência com a produção espanhola da região do Rio da Prata. Os consumidores do charque brasileiro eram em sua maioria escravos, e a carne seca do Rio Grande do Sul constituía fonte essencial de proteínas na dieta dos cativos das fazendas e minas do centro e norte do Brasil⁵⁷.

Enquanto os trabalhadores das fazendas de gado da região do Rio Grande do Sul eram principalmente livres e índios, mais ao norte, na chamada área de Campos Gerais, ao redor de Curitiba, fazendas de criação de bois, mulas e cavalos empregavam trabalhadores livres e cativos. Escravos também eram usados em vários ofícios necessários nas fazendas, bem como no transporte dos produtos comprados e vendidos por elas⁵⁸. Em toda essa região meridional de São Paulo conhecida como Paraná, a porcentagem de escravos na população global era de 20%, segundo o censo de 1798, enquanto nos distritos pecuaristas de Castro e Palmeira as porcentagens de domicílios com escravos eram, respectivamente, 52% e 39%⁵⁹. Nessas fazendas, e em outras mais ao

sul, também havia grande número de agregados, empregados e familiares que trabalhavam em propriedades, geralmente não voltadas para a exportação. Finalmente, em todas as vilas do sul, algumas das quais chegando à faixa de 10 mil habitantes em fins do século, os escravos formavam o elemento mais numeroso na força de trabalho e a maioria dos artesãos qualificados. As três áreas meridionais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, possuíam juntas uma população cativa de aproximadamente 27 mil escravos, além de aproximadamente 13 mil pessoas livres de cor em 1811⁶⁰.

Um censo do Paraná em 1804 fornece uma visão mais completa dessa economia pecuarista de fronteira. Com uma população escrava relativamente pequena, evidencia-se que os fazendeiros que criavam e engordavam gado compunham a elite da sociedade e concentravam em sua posse um grupo numeroso de cativos. Eram sobretudo médios proprietários com plantel médio de 8 cativos por unidade e, embora representassem apenas 16% de todos os proprietários de escravos, controlavam um quarto dos escravos. (ver tabela 3.12).

Tabela 3.12: Distribuição dos escravos e proprietários de escravos, Paraná, 1804

	Proprietários na Pecuária		Todos os Proprietários	
	Proprietários	Escravos	Proprietários	Escravos
1	18%	2%	28%	5%
2	11%	3%	15%	5%
3	15%	5%	12%	7%
4	5%	2%	7%	5%
5	8%	5%	7%	6%
1-5	56%	17%	70%	29%
6-10	22%	21%	17%	24%
11-15	9%	13%	6%	14%
16-20	3%	7%	2%	7%
21-40	7%	24%	4%	19%
41+	3%	18%	1%	7%
Total	100%	100%	100%	100%
(n)	151	1.246	909	4.976

Fonte: AESP, Mapas de População

Nesse período, a porcentagem de africanos na força de trabalho dessa região era relativamente pequena: 13% dos escravos. Como usual, no Paraná a população africana era em média mais velha (19 anos mais velha) do que a população de escravos nascidos no Brasil, cuja

média era de 21 anos. Esses dois segmentos populacionais mostravam também forte disparidade quando analisamos sua distribuição por sexo, pois encontramos entre os cativos nascidos no Brasil 97 homens para cada grupo de 100 mulheres, enquanto entre os africanos eram 147 homens para cada 100 mulheres. Ao que parece, não havendo importações substanciais de africanos nesse período, a população escrava em crescimento foi progressivamente suprida por crianças nascidas na população escrava local.

As pradarias do sul ofereceram uma nova área para que o trabalho escravo fornecesse mulas e outros animais à economia mineradora e ao resto da sociedade. E tão logo o povoamento ganhou ímpeto no sul, foi possível desenvolver atividades econômicas locais, e estas criaram um novo mercado para o trabalho escravo. Com povoações agora solidamente estabelecidas ao longo da costa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para sustentarem a pecuária, brasileiros começaram a dedicar-se à pesca comercial, com importante participação do braço escravo. A pesca da baleia nas águas continentais era praticada no Brasil desde o início da colonização, mas só adquiriu relevo quando o sul do Brasil foi efetivamente colonizado no século XVIII. De Cabo Frio, na capitania do Rio de Janeiro, a Laguna, em Santa Catarina, a pesca da baleia tornou-se uma importante atividade econômica da segunda metade do século XVIII até as primeiras décadas do século seguinte. O centro dessa atividade era a ilha de Santa Catarina, que já em 1746 possuía uma armação, ou fábrica de óleo de baleia. Na década de 1770 a região de Santa Catarina sozinha capturava mais de mil baleias por ano. Na temporada de pesca de baleia de junho a setembro, pescadores — homens livres de cor, brancos pobres e escravos — em barcos abertos arpoavam e traziam as baleias para a praia. Assim que atracavam, cortavam e ferviam a carne da baleia para extrair o óleo, que era vendido no país e no exterior para iluminação. Essas fábricas complexas e caras funcionavam principalmente com mão de obra cativa. Uma armação típica era uma operação de grande porte, que empregava em média de 50 a 100 escravos. Uma das maiores no século XIX foi a Armação de Nossa Senhora da Piedade, na ilha de Santa Catarina, com 125 escravos dos quais 107 eram adultos⁶¹. Além de escravos sem qualificação, a força de trabalho incluía carpinteiros, ferreiros e tanoeiros brancos ou livres de cor, e também trabalhadores especializados

no corte da carne de baleia e na produção de espermacete. As sete principais armações da ilha em 1817 possuíam no total 329 escravos⁶². Embora se dedicassem a uma atividade que era altamente sazonal, as fábricas podiam usar até 2 mil a 3 mil escravos em uma boa temporada.

A abertura do interior brasileiro estendeu o povoamento ao sul e oeste da colônia e impulsionou a criação de importantes redes de transporte para ligar esses mercados. Os escravos eram essenciais nas frotas de canoas e comboios de mulas usados para suprir as necessidades das capitânicas mineradoras do interior. Dada a precariedade de dados sobre essas atividades, é difícil estimar o número de cativos envolvidos. Outra importante área do transporte favorecida pelos mercados interioranos e meridionais foi a navegação costeira, e para esta existe uma base que permite estimar a importância relativa dos escravos. Relatos contemporâneos indicam altas taxas de participação de escravos como marinheiros em todos os tipos de embarcação costeira. Uma estimativa aproximada do transporte costeiro inter-regional em fins do século XVIII indica que eram usadas aproximadamente 2 mil embarcações. Supondo um mínimo de cinco escravos por tripulação nesses barcos (um terço da tripulação média dos navios mercantes da costa), haveria cerca de 10 mil cativos trabalhando como marinheiros de cabotagem no fim do século XVIII⁶³.

O Brasil também foi singular por usar marinheiros escravos na navegação internacional, especialmente em rotas do tráfico atlântico de escravos. Devido às suas relações comerciais diretas com a África, sem ligações triangulares com Portugal, o Brasil desenvolveu cedo uma marinha mercante muito poderosa. Centenas de navios de proprietários brasileiros percorriam o Atlântico levando aguardente, pólvora e tabaco brasileiros e produtos manufaturados europeus e americanos a portos de Angola e Moçambique. Essas mercadorias eram trocadas por escravos que eram trazidos para o Brasil. Os navios pertencentes a brasileiros também controlavam a maior parte do transporte de mercadorias para a Europa, em nítido contraste com as áreas hispano-americanas. Dado o papel crucial que os escravos desempenharam em todos os aspectos da economia brasileira, não foi por acaso que até mesmo em navios negreiros houvesse cativos na tripulação. Em 147 dos 350 navios negreiros que atracaram no porto do Rio de Janeiro entre 1795 e 1811, escravos de proprietários brasileiros foram arrolados

como membros da tripulação. Eram cativos 2.058 dos 12.250 marinheiros empregados no tráfico. Em média havia 14 marinheiros escravos por navio: pouco menos de metade da tripulação total de um navio negreiro típico. Como os registros sempre justificam a necessidade de usar escravos alegando a escassez de marinheiros livres, isso leva a crer que os escravos foram ainda mais importantes nas outras rotas internacionais desse período⁶⁴. O Rio de Janeiro não teve a exclusividade nessa prática. O governador da Bahia informou à Coroa em 1775 que o porto de Salvador contava com apenas 678 marinheiros livres, e embora a maioria deles fosse branca, eram insuficientes para tripular os navios negreiros que zarpavam para a África. Nas palavras do governador, “[...] esta falta faz que os navios e corvetas que trilham o comércio d’África, costumam equipar-se com uma pequena equipagem de quatro ou seis marinheiros brancos, suprimindo os pretos cativos para o resto da mareação de que carecem”⁶⁵.

O crescimento da mineração foi acompanhado pelo desenvolvimento de novos produtos agrícolas provenientes de zonas produtoras mais recentes e também pelo revivescimento da indústria açucareira no nordeste e pelo crescimento de um importante centro de produção de açúcar no sul. Todo esse avanço nas exportações tradicionais e novas levou a uma grande expansão da economia colonial brasileira na segunda metade do século XVIII. Além disso, a dinâmica administração do marquês de Pombal em Portugal de 1750 a 1777 promoveu o desenvolvimento da economia brasileira e a ascensão de uma nova atividade baseada no braço escravo no norte da colônia. O regime iluminista de Pombal usou procedimentos mercantilistas clássicos para fomentar o crescimento de regiões brasileiras até então negligenciadas. Com o interior e o sul prosperando, Pombal voltou sua atenção para a região nordestina do Pará e Maranhão, que até a segunda metade do século XVIII era marcada pelo atraso e povoamento esparso. Em 1755 e 1759, respectivamente, Pombal criou duas importantes companhias, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Ambas receberam, como apoio econômico, direitos monopolistas na importação de cativos para essas duas regiões — única exceção à usual política de livre comércio permitida por Portugal. Por sua vez, essas companhias ficaram incumbidas de investir no

desenvolvimento comercial das regiões nordestinas. No total, as companhias importaram cerca de 85 mil africanos para o Pará, Maranhão, Pernambuco e Paraíba no período 1756-1787⁶⁶.

Depois de muita experimentação, uma nova cultura de exportação importante desenvolveu-se no Maranhão e em Pernambuco: o algodão, produzido em grandes fazendas com trabalho escravo. Na época em que esse produto estava sendo cultivado nas colônias britânicas com mão de obra cativa, também se tornava um item fundamental das exportações brasileiras. A partir da década de 1760, os algodoeiros do Maranhão passaram a exportar para a Europa. A produção aumentou constantemente nas décadas seguintes e logo se disseminou por Pernambuco. A fazenda de algodão típica nessas duas regiões possuía um plantel de 50 escravos, não muito diferente do plantel médio de uma *plantation* algodoeira do sul estadunidense no século XIX. Com o aumento ininterrupto dos preços na Europa, a produção cresceu continuamente. A resposta brasileira foi tão vigorosa que no início dos anos 1790 o Brasil supria 30% das importações de algodão bruto da Grã-Bretanha⁶⁷. Na primeira década do século XIX, mais de 30 mil cativos trabalhavam na produção algodoeira dos estados do nordeste do Brasil. O sistema da grande lavoura de algodão continuou a expandir-se por mais duas décadas, até que foi praticamente eliminada pela produção de algodão descarado nos Estados Unidos, ocorrendo então um declínio de longo prazo nesse setor.

Os esforços das companhias pombalinas também foram importantes para finalmente reviver a economia açucareira de Pernambuco nas décadas de 1770 e 1780. Embora Pernambuco nunca recuperasse a posição dominante nessa área, tornou-se o segundo produtor nordestino, só perdendo para a Bahia. Esta, por sua vez, cresceu não só com a expansão da indústria açucareira, mas também graças às estreitas ligações com Minas Gerais. A proximidade do rio São Francisco, principal rota fluvial interiorana para as minas, garantia o contato constante com a zona mineradora. De início, a Coroa tentou impedir o comércio com os mineiros, temendo a perda de mão de obra escrava crucial nos engenhos. Mas a alta dos preços do açúcar depois de 1711 aliviou a pressão sobre a indústria açucareira baiana, e a Coroa revogou a proibição à venda de cativos baianos para o interior. O comércio com as minas também fomentou a expansão da cultura de

mandioca e gêneros alimentícios pelo interior nordestino e promoveu o crescimento da pecuária, que agora supria os engenhos costeiros e as minas do sertão.

A principal mudança na economia açucareira no século XVIII, porém, não foi o revivescimento dos engenhos nordestinos, e sim o crescimento de novas regiões produtoras no Rio de Janeiro e São Paulo. Embora a cultura canavieira na região de Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro, já tivesse mais de um século de existência, uma grande expansão dos engenhos locais teve início na segunda metade do século XVIII. Em 1779 Campos já possuía cinco engenhos com mais de cem escravos cada um, e em 159 engenhos grandes e pequenos o plantel médio era de 15 cativos. Além disso, os escravos compunham mais de metade da população, estimada em 30 mil habitantes⁶⁸. No fim do período colonial, o Rio de Janeiro ocupava o terceiro lugar na produção brasileira e era responsável por dois terços da produção de açúcar mascavo. Além disso, era o principal produtor brasileiro de aguardente, que além de suprir o mercado interno era exportada para a África. Nessa época, havia no Rio de Janeiro cerca de 84 mil cativos⁶⁹, dos quais possivelmente um quarto trabalhavam em todas as divisões da indústria açucareira. São Paulo, embora fosse então apenas uma capitania mediana na produção e no número de escravos, finalmente começou a exportar para o mercado internacional no período final do século XVIII. Essa evolução marcou o início da que viria a ser a mais importante região de grande lavoura escravista do Brasil no século XIX.

Apesar do crescimento de novas áreas de produção açucareira e do fato de o açúcar ainda ser responsável por um terço do valor total das exportações brasileiras, a economia açucareira atravessou boa parte do século XVIII em relativa depressão. Enquanto na década de 1730 a produção colonial média por ano ficou em torno de 36 mil toneladas, nos anos 1770 caíra para 20 mil toneladas e provavelmente representava menos de 10% da produção açucareira total da América. Entretanto, o volume e a importância variaram ao longo dos séculos XVIII e XIX. Em meados do século XVIII, o Brasil, com sua produção anual de 27 mil toneladas, estava em terceiro lugar, atrás de São Domingos (61 mil toneladas) e Jamaica (36 mil toneladas). Além disso, tornou-se uma importante fonte alternativa para os mercados setentrionais da Europa no contexto das frequentes guerras imperiais trava-

113 das exportações

outros dados exp a mal de eba?

das por França e Inglaterra no século XVIII, que interromperam temporariamente o comércio antilhano com a Europa. Assim, na década de 1760 o açúcar brasileiro supria aproximadamente 8% da demanda europeia, e no período de guerra dos anos 1790 sua fatia do mercado passou a 15%. Essa contínua vitalidade dos engenhos da Bahia e Rio de Janeiro garantiu que mesmo com o forte crescimento das exportações de minérios no século XVIII, quando o Brasil tornou-se o maior fornecedor de ouro mundial, o açúcar continuasse a ser o maior produto de exportação brasileiro, representando metade do valor total das exportações da colônia. Nessa época, provavelmente foi bem inferior a 100 mil o número de escravos usados em todas as formas de produção e processamento da cana-de-açúcar — contando-se a exportação do açúcar branco acabado e do açúcar mascavo semiprocessado, além da produção de aguardente para consumo interno e exportação para a África. No começo dos anos 1780, as tensões na Europa e as interrupções do tráfico começavam a afetar os preços e incentivar a produção interna; na década de 1790, o profundo impacto da revolução Francesa e a rebelião subsequente no Haiti introduziriam uma nova era de expansão para o açúcar do Brasil⁷⁰.

O outro grande desdobramento do escravismo na economia colonial brasileira foi a surpreendente diversificação ocorrida na capitania de Minas Gerais em fins do século XVIII. Nas décadas intermediárias desse século, entraram em declínio primeiro a produção de ouro e depois a de diamantes, e a economia mineira viu-se diante de uma grave crise econômica. Na primeira década do século XIX, apesar de a mineração de ouro e diamante estar em franca decadência, a população escrava da capitania superava 150 mil pessoas e continuaria a crescer pelo resto do século. A deterioração urbana instalara-se com o declínio da atividade mineradora, diminuindo ainda mais as oportunidades de uso do braço escravo. Além disso, a população livre de cor agora estava empregada em todas as partes e superava numericamente a escrava. No entanto, a população de cativos continuou a crescer continuamente durante o século XIX, e mais que dobrara em fins do século, na época da abolição, o que significa que no início e no final do século XIX Minas Gerais tinha a maior população escrava de todas as províncias brasileiras⁷¹.

Aparentemente o que contribuiu para que Minas Gerais conservasse e aumentasse sua força de trabalho escrava foi diversificar sua

produção agrícola voltada ao mercado interno e décadas mais tarde introduzir a cafeicultura de exportação. Nas regiões sul e leste da capitania desenvolveram-se em fins do século XVIII e começo do século XIX uma agricultura diversificada, baseada no trabalho escravo. As fazendas escravistas produziam açúcar, café, gêneros alimentícios e gado⁷². O número total de proprietários de escravos na população livre era maior e o número de cativos por proprietário era menor em Minas do que nas províncias costeiras e, sob o impacto da diversificação agrícola, esse padrão acentuou-se ainda mais. O que essa diversificação significou para os rumos da escravidão em Minas Gerais no século XIX? Esse é um debate importantíssimo na historiografia brasileira, e o assunto será abordado no próximo capítulo.

Embora ainda haja muito a descobrir sobre a história da economia mineira, a vitalidade da escravidão em suas fronteiras em fins do século XVIII e começo do XIX indica uma economia escravista incomum para os padrões americanos. Há quem afirme que a escravidão voltou-se essencialmente para a agricultura de subsistência a partir do declínio da mineração no fim do século XVIII até a ascensão da produção comercial de café em meados do século XIX. Essa, porém, parece ser uma posição muito extrema⁷³. É mais provável que a produção local fosse comercializada no mercado nacional e que Minas Gerais houvesse invertido a direção de suas relações com a economia da costa, tornando-se importante fornecedora de gêneros alimentícios necessários ao funcionamento do regime de grande lavoura exportadora imperante nas regiões litorâneas. Esses, porém, são assuntos de que trataremos no próximo capítulo⁷⁴.

Em todo o Brasil em 1800 havia quase um milhão de escravos. Portanto, encontrava-se no Brasil a maior concentração de cativos de origem africana de todas as colônias americanas e, provavelmente, também a maior diversificação no uso econômico da mão de obra escrava do Hemisfério Ocidental. Embora sempre seja difícil classificar detalhadamente a população escrava segundo as atividades econômicas, pode-se estimar que não mais que um quarto dos cativos era empregado na grande lavoura ou na mineração. O restante estava amplamente disperso pelas cidades e áreas rurais da colônia, ocupado em todos os tipos de atividade econômica. Até 10% da população escrava total talvez se concentrasse na zona urbana, mas o resto da escravaria era empregado em atividades rurais, trabalhando na agricultura, pesca,

as transformações na economia mineira

mais diversificação do uso

transporte e em todos os tipos de ocupação. O Brasil, com seu meio milhão de pessoas livres de cor, tinha a maior população de negros e mulatos livres da América. Embora o açúcar, o ouro, os diamantes e outros produtos exportáveis passassem pelos clássicos ciclos coloniais de crescimento e declínio, a vitalidade da economia brasileira permitiu o desenvolvimento de novos produtos, a abertura de novas regiões e a criação de um vigoroso mercado interno.

Tudo isso garantiu que não cessasse o fluxo de escravos. Estima-se que, na última década do século XVIII, chegassem aos portos brasileiros, sobretudo Rio de Janeiro e Salvador, 28 mil escravos por ano. Na primeira década do século seguinte, a entrada anual aumentaria para 34 mil cativos e se manteria crescente a cada década até os anos 1830⁷⁵. O Brasil continha também uma florescente população de pessoas livres de cor, que na época chegava a quase 500 mil indivíduos. Portanto, inquestionavelmente, o Brasil abrigava em 1800 a maior população de africanos e afro-descendentes de todas as colônias europeias do Novo Mundo e era o maior sistema escravista das Américas⁷⁶.

NOTAS

1. Nos últimos trinta anos do século XVII, a Coroa envolveu-se diretamente na questão da produção aurífera. Existe abundante documentação sobre esse assunto na correspondência entre a Corte e os paulistas. A Coroa forneceu alguns recursos, enviando especialistas em mineração, oferecendo prêmios aos descobridores de jazidas e estabelecendo normas legais para a exploração, mas quis deixar a cargo dos paulistas a maior parte dos custos e do esforço de procura dos metais. Ver Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania* (São Paulo, 1954). Para o contrato com a Coroa escrito por Bartolomeu Bueno da Silva referente ao descobrimento de ouro em Goiás em 1720, ver Alida C. Metcalf, *Families of planters, peasants, and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brasil, 1729-1820* (Austin, University of Texas Press, 1983), p. 57.
2. Para uma boa introdução à evolução da economia mineradora em Minas nesse período, ver Charles R. Boxer, *The golden age of Brazil, 1695-1750: growing pains of a colonial society* (Berkeley, University of California Press, 1962); Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979); Sérgio Buarque de Holanda, "Metais e pedras preciosas", em Sérgio Buarque de Holanda, org., *História geral da civilização brasileira* (10 v., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960), Tomo I, vol. 2, cap. 6, pp. 259-310; Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores* (São Paulo, FEA-USP, 1980); Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, *Minas colonial: economia e sociedade* (São Paulo, FIPE/PIONEIRA, 1982); João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação* (Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1905); W. L. Eschwege, *Pluto Brasiliensis* (São Paulo, Ed. Nacional, 1944, 2 v.); Alice P. Canabrava, "João Antonio Andreoni e sua obra",

- em José João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por Alice P. Canabrava (São Paulo, Ed. Nacional, s.d.).
3. Um bom levantamento dos dados censitários disponíveis para Minas Gerais no século XVIII e início do XIX encontra-se em Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII* (São Paulo, Annablume, 1995), pp. 67-78. Para um censo pormenorizado de Minas Gerais em 1814, com listas de nascimentos e óbitos, ver ANRJ, cod. 808, 1, fls. 130-132.
 4. Laird W. Bergad, *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888* (Cambridge, Cambridge University Press, 1999) tabela 3.2, p. 91.
 5. Segundo Leonardo Kelmer Mathias, já no período 1711-1717 as vendas de escravos em Minas Gerais alcançavam um valor mais elevado do que as do Rio de Janeiro no mesmo período (1711-1720), o que mostra o vigor da atividade econômica em Minas nesses vinte primeiros anos de colonização da região. Carlos Leonardo Kelmer Mathias, "O perfil econômico da Capitania de Minas Gerais na segunda década do século XVIII, notas de pesquisa, 1711-1720", *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira* (2006), pp. 6-8.
 6. Dauril Alden, "Late colonial Brazil, 1750-1808", em Leslie Bethel, org., *The Cambridge history of Latin America* (11 v., Cambridge, Cambridge University Press, 1984), v. II, tabela 3, p. 605.
 7. Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns núcleos mineratórios (1718-1804)*. (São Paulo, FEA-USP, 1980), p. 82, tabela 9.
 8. Francisco Vidal Luna, "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)", em Iraci del Nero da Costa, org., *História econômica e demográfica* (São Paulo, IPE-USP, 1986, tabela 7).
 9. Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, "Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais", *Anais do Museu Paulista* (São Paulo) (1979), Tomo XXIX, tabelas 5, 7.
 10. Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores*, p. 39 e nota 9, p. 60.
 11. Segundo o "Regimento de 1702, artigo 5º, por ocasião do anúncio da descoberta de uma área com potenciais minas de ouro, o Superintendente das Minas deveria dividir a nova região de exploração por sorteio entre os mineiros ricos interessados, "regulando-se pelos escravos que cada um tiver que em chegando a doze escravos e daí para cima, fará repartição de uma data de trinta braças [corresponde a 66 metros] conforme o estilo e àquelas pessoas que não chegarem a ter doze escravos lhes serão repartidas duas braças e meia por cada escravo para que igualmente fiquem todos lucrando da mercê que lhes faço [...]", o que corresponde a 5,5 metros por cativo. Ao descobridor da jazida seria dada a prioridade na escolha da área, e uma data seria reservada para a Coroa antes de ter início o sorteio, do qual só poderia participar quem possuísse escravos. Para os detalhes da lei, ver Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. Introdução e notas de Afonso de Taunay. Publicações comemorativas da Cidade de São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista, vol. X, São Paulo, 1954, p. 190.; ver também Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores*, p. 39.
 12. Pelos censos até 1759, a razão de sexo entre os cativos era superior a 500 homens para 100 mulheres; ver Francisco Vidal Luna, "Estrutura da posse de escravos", em Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, *Minas colonial: economia e sociedade*, p. 51, tabela 11.
 13. Francisco Vidal Luna, "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718)", em A. E. M. Barreto et al., *História econômica: ensaios* (São Paulo, IPE-USP, 1983), tabelas 7 e 9.
 14. Kathleen J. Higgins, "Licentious liberty" in a Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais (University Park, Pa., Pennsylvania State University Press, 1999), pp. 74-75, tabelas 2.7 e 2.8.

15. Luna, "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)", tabela 6.
16. Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, "Estrutura da massa escrava de algumas localidades mineiras (1804)", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (1981), tabela 2.
17. Mariana L. R. Dantas, "Black townsmen: a comparative study of persons of African origin and descent in slavery and freedom: Baltimore, Maryland and Sabará, Minas Gerais, 1750-1810" (diss. PhD, Johns Hopkins University, 2003), p. 132, tabela 2.4.
18. Iraci del Nero da Costa, *Vila Rica: população (1719-1826)* (São Paulo, IPE/FEA-USP, 1979), p. 245, tabela 5.
19. Sobre a organização da indústria mineradora e as políticas de governo, ver Francisco Vidal Luna, "Mineração: métodos extrativos e legislação", *Estudos Econômicos* (1983), v. 13, pp. 845-859; "Economia e sociedade em Minas Gerais (Período Colonial)", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 24 (1982), pp. 33-44. A Coroa chegou a declarar, em 1752, que todos os mineiros possuidores de trinta ou mais escravos — uma distinta minoria — estavam isentos de ter seus cativos ou equipamento de mineração apreendidos por dívidas. Boxer, *The golden age of Brazil*, p. 184.
20. Já havia quase 21 mil escravos em Vila Rica em 1735. Ver Alda Maria Palhares Campolina, Cláudia Alves Melo e Mariza Guerra de Andrade, *Escravidão em Minas Gerais: Cadernos do Arquivo* (Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro/COPASA MG, 1988), p. 31.
21. A. J. R. Russell-Wood, "Colonial Brazil: the gold cycle, c. 1690-1750", em Leslie Bethel, org., *The Cambridge history of Latin America* (11 v., Cambridge, Cambridge University Press, 1984), v. II, p. 573. Descrições minuciosas dos métodos extrativos encontram-se em Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores*; João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*; W. L. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*; José João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo, Ed. Nacional, s.d.).
22. W. L. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, vol. 2, pp. 20-49.
23. Bergad, *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais*, tabela 3.2, p. 91.
24. Gilka V. F. Salles, *Economia e escravidão na capitania de Goiás* (Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992), p. 231. Sobre o progresso da mineração aurífera no século XVIII, ver W. L. von Eschwege, *Pluto Brasiliensis* [1833], 2 v., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, v. I, pp. 88-118.
25. Lucia Helena Gaeta Aleixo, "Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)" (Dissertação de mestrado, PUC São Paulo, 1984), p. 63, tabela 13. Sobre o avanço da mineração aurífera nessa capitania no século XVIII, ver Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, v. I, pp. 119-136.
26. Sobre "salários" para escravos mineiros e outros incentivos, ver Boxer, *The golden age of Brazil*, pp. 162-203.
27. Russell-Wood, "Colonial Brazil: the gold cycle, c. 1690-1750", v. II, pp. 581-82; Eschwege, *Pluto*, v. II, p. 126.
28. Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, "Demografia histórica de Minas Gerais no período colonial", *Revista Brasileira de Assuntos Políticos* (Belo Horizonte, UFMG, vol. 58 (1984), tabela 5.
29. Essas proporções são aproximadamente iguais às encontradas em um censo de Sabará de 1720 abrangendo 894 proprietários e 5.908 escravos. Aproximadamente 78% dos senhores possuíam 9 escravos ou menos, mas seus cativos compunham apenas 42% de toda a escravaria. Higgins, "Licentious liberty", p. 49, tabela 2.2.
30. Nos dois casos o número de proprietários com indicação de alfabetização era bem pequeno: apenas 32 em Vila Rica e 16 em Vila do Carmo. Rodrigo Castro Rezende, Mariângela Porto Gonçalves, Regina Mendes Araújo e Karina Paranhos da Mata, "Os proprietários de escravos nas Minas Gerais em 1718-19: um estudo comparativo os distritos de Vila do Carmo e Vila Rica", *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP* (2002), tabelas 7-10, pp. 19-21.
31. Isso contrasta com a importante zona açucareira de Itu, em São Paulo, onde o valor e o tamanho das propriedades eram aproximadamente iguais para homens e mulheres; ver Joseph Cesar Ferreira de Almeida, "Entre engenhos e canaviais: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)" (dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2007), tabela 5, p. 55.
32. Higgins, "Licentious liberty", p. 81, tabela 2.11.
33. Francisco Vidal Luna, "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718)", em A. E. M. Barreto et al., *História Econômica: ensaios* (São Paulo, IPE/USP, 1983), tabelas 1-5.
34. Para uma análise minuciosa da evolução da estrutura tributária do ouro, ver Francisco Vidal Luna, "Mineração: métodos extrativos e legislação", *Estudos Econômicos* (1983), v. 13, pp. 845-859; e para a tributação de ouro e diamantes e a organização monopolista, ver Boxer, *The golden age of Brazil*, capítulos 7 e 8.
35. Boxer, *The golden age of Brazil*, pp. 317-318.
36. Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores*, p. 133, tabela 38.
37. "Rol das pessoas que confessam e comungam na Freguesia de Congonhas do Sabará, 1771", Caixa 202, pacote único, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
38. Reproduzido em Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro, a pobreza mineira no século XVIII* (4ª. Ed.; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004), p. 104.
39. Sobre autoridades da Coroa e sua expressa oposição e/ou ambivalência à população de cor livre, o trabalho clássico é *Desclassificados do ouro*, de Laura de Mello e Souza; ver especialmente pp. 144 segs. Ver também Boxer, *The golden age of Brazil*, pp. 164 segs. Como declarou o governador Lourenço de Almeida, "até os chamados grandes [da província de Minas Gerais] são criados no leite da servidão" (p. 164). A Coroa chegou ao ponto de proibir pessoas livres de cor de participarem da câmara municipal, tentou implementar leis suntuárias contra mulheres negras e pardas e até impedir que pessoas livres de cor possuíssem armas, embora permitisse aos capitães do mato organizar bandos armados e, evidentemente, admitir pessoas livres de cor em milícias organizadas com base na cor.
40. Caio César Boschi, *Os leigos e o poder (Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)* (São Paulo, Editora Ática, 1986), pp. 19-20. Como ele ressaltou, "ser admitido numa ordem terceira significava pertencer à elite social" e ser de "origem racial branca e católica incontestável". Além disso, a ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo atraía os mineiros e os comerciantes da elite, enquanto a ordem de S. Francisco de Assis era a preferida pelos militares e burocratas. Boschi, *Os leigos e o poder*, pp. 162, 164. Essa divisão social entre irmandades e ordens terceiras explica o predomínio das primeiras e a relativa escassez das segundas em Minas colonial.
41. Boschi, *Os leigos e o poder*, pp. 187-88. Ver também Elizabeth W. Kiddy, *Blacks of the Rosary, memory and history in Minas Gerais, Brazil* (University Park, Pennsylvania State University Press, 2005); Celia Maria Borges, *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário, devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX* (Belo Horizonte, Editora UFJE, 2005) e Julita Scarano, *Devoção e escravidão - a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII* (São Paulo, Editora Nacional, 1976).
42. Boschi afirma que a precariedade da presença da Igreja oficial em Minas significava que as irmandades eram, de fato, as únicas responsáveis pela construção de igrejas nas cidades da região. Boschi, *Os leigos e o poder*, p. 23.
43. Para uma introdução à arquitetura urbana dessa cultura, ver Suzy e Mello, *Barroco mineiro* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1985).
44. Para uma análise recente sobre a época e a vida do Aleijadinho, ver Ana Helena Curti, org., *Aleijadinho e seu tempo: fé, engenho e arte* (Rio de Janeiro, Banco Central do Brasil, 2006); e para o mais recente catálogo de suas esculturas religiosas, ver

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira et al., *O Aleijadinho e sua oficina: catálogo das esculturas devocionais* (São Paulo, Editora Capivara, 2002).

45. Sobre os músicos, ver Daniela Miranda, "Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara (1749-1822)", (Tese de doutorado, FFCH/UFGM, 2002), e Francisco Kurt Lang, "A música barroca", em Buarque de Holanda, org., *História geral da civilização brasileira*, v. II, pp.121-144..
46. Afirmou-se que provavelmente antes dessa data já havia extração de diamantes, mas essa é a data oficial do anúncio da descoberta à Coroa. Buarque de Holanda, "Metais e pedras preciosas", pp. 241-242. Uma boa análise do estabelecimento do distrito diamantífero exclusivo e do controle régio muito maior exercido sobre essa atividade mineradora em comparação com a do ouro encontra-se em Boxer, *The golden age of Brazil*, cap. 8.
47. A Coroa inicialmente limitou os contratadores a usarem no máximo seiscentos escravos na mineração de diamantes, uma política destinada a manter a produção baixa e os preços, altos. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, v. II, p. 120. De fato, no importante distrito diamantífero de Serro do Frio, o plantel médio era de 5 cativos em 1738 (Serro do Frio: Escravos, Livro de Matrícula, Códice n° 1068. Arquivo da Casa dos Contos). Em comparação, em quatro distritos auríferos em 1718 o plantel médio continha sete escravos. Francisco Vidal Luna, "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718)", em A. E. M. Barreto et al., *História econômica: ensaios* (São Paulo, IPE/USP, 1983), p. 6, tabela 7.
48. A fonte clássica sobre o abastecimento das Minas Gerais é Mafalda P. Zemella, *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII* (São Paulo, Hucitec-Edusp, 1990); para um estudo de caso recente sobre comerciantes individuais, ver Cláudia Maria das Graças Chaves, *Perfeitos negociantes, mercadores das minas seiscientistas* (São Paulo, AnnaBlume, 1999).
49. Sobre a população da Cidade do México nesse período, ver Herbert S. Klein, "The demographic structure of Mexico City in 1811", *Journal of Urban History*, 23, n. 1 (Nov. 1996), pp. 66-93.
50. Zemella, *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais*, cap. 8.
51. Sobre a povoação e evolução social e econômica da colônia de São Paulo, ver as obras fundamentais de Sérgio Buarque de Holanda: *Caminhos e fronteiras* (2ª. ed., São Paulo, Cia. Das Letras, 1995); *Monções* (2ª. ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1976), *Visão do paraíso* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1994), "Movimentos da população em São Paulo no século XVIII", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1 (1966), pp. 55-111; e *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1956); as de Alfredo Ellis Júnior, "Ouro do Brasil (Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1956); as de Alfredo Ellis Júnior, "Ouro e a Paulistânia", *Boletim de História da Civilização Brasileira*, 8, 1948; "O ciclo do luar", *Revista de História*, v. I (São Paulo, 1950) e com Miriam Ellis, "A economia paulista no século XVIII", *Boletim de História da Civilização Brasileira*, 11, 1950; Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania, São Paulo [1645]* (São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista), 1953; os estudos de Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil e outros estudos* (8ª. ed., São Paulo, Brasiliense, 1972) e os de Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante* (São Paulo, Livraria Martins, 1965) e Cassiano Ricardo, *Marcha para oeste* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1942). Além desses trabalhos clássicos, ver os estudos de Alice P. Canabrava, "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67", *Revista Brasileira de Economia* (Rio de Janeiro), 26, n. 4 (out/dez 1972), pp. 95-123 e "A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818", *Estudos Econômicos* 2, n. 6 (Dez, 1972), pp. 112-115.
52. Só no começo do século XVIII os africanos passaram a ter importância numérica em São Paulo. Alcântara Machado, autor de um importante estudo sobre testamentos nos primeiros séculos da colonização paulista, encontrou aproximadamente cem africanos nesses documentos no século XVII. Notavelmente, o valor desses cativos era invariavelmente superior ao de escravos indígenas. Machado, *Vida e morte*, p. 181. Ellis Jr., "O ouro e a paulistânia", p. 4, analisou 2.000 inventários dos séculos XVI

e XVII e encontrou menos de trezentos africanos. Queiroz, em um estudo de fontes alternativas, encontrou africanos no período inicial, mas concluiu que eles não foram relevantes nos dois primeiros séculos da ocupação portuguesa. Suely Robles de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo* (Rio de Janeiro, 1977), p. 12.

53. Vários aldeamentos tornaram-se vilas ou distritos (bairros) da cidade de São Paulo. Sobre esse tema, ver Pasquale Petrone, *Aldeamentos paulistas* (São Paulo, 1995), pp. 84-351.
54. Há divergências entre os autores com respeito à magnitude dessas transações, mas não quanto à sua ocorrência. Ellis Jr., "O ouro e a paulistânia", p. 53; Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil* (São Paulo, 1977), p. 218; Buarque de Holanda, "Movimentos de população", entre outros, salientam a importância da escravidão indígena. Opinião contrária têm autores como Monteiro, *Negros da terra*, pp. 76-81, que admitem a existência desse tráfico de indígenas para outras capitanias, mas refutam sua importância.
55. Para uma análise mais detalhada da economia paulista nos séculos XVI e XVII, ver Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850*. (Stanford, Stanford University Press, 2003), cap. 1.
56. A escravidão indígena foi sistematicamente combatida pela Coroa na segunda metade do século XVIII, mas a persistência dos aldeamentos permitiu que o trabalho forçado continuasse sob uma forma disfarçada. Em 1802 os aldeamentos foram supostamente abolidos, mas o uso do trabalho forçado de indígenas prosseguiu, embora precariamente, até meados do século XIX. Em 1846 houve uma derradeira tentativa de ressuscitar os aldeamentos, mas eles já haviam desaparecido. Entre a abundante literatura sobre esse tema, ver Agostinho Marques Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil* (São Paulo, 1976); Georg Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640* (São Paulo, 1982); Rodrigo Otávio, *Os selvagens americanos perante o direito* (São Paulo, 1946); Warren Dean, "Indigenous populations of the São Paulo-Rio de Janeiro coast: trade, aldeamento, slavery and extinction", *Revista de História* 117, pp. 3-26 (1984); Alexander Marchant, *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580* (São Paulo, 1980); John Manuel Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, (São Paulo, 1994) e seu ensaio "From indian to slave: forced native labour and colonial society in São Paulo during the 17th century", *Slavery & Abolition* 9, n. 2, setembro 1988, pp. 105-127; Petrone, *Aldeamentos paulistas*; e Manuela Carneiro da Cunha, org. *História dos índios no Brasil* (São Paulo, 1998).
57. Existem bons dados sobre várias charqueadas do começo do século XIX. Uma delas, pertencente a João Nunes Batista, possuía 66 escravos, dos quais 31 trabalhavam como carneadores, charqueadores e marinheiros na produção e transporte do charque. Ester J. B. Gutierrez, *Negros, charqueadas & olarias, um estudo sobre o espaço pelotense* (2ª. ed., Pelotas, Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2001), pp. 61-62. Um levantamento de numerosas charqueadas de meados do século computou uma média de 84 escravos por propriedade, a maior parte deles atuando como trabalhadores qualificados diretamente no beneficiamento e transporte de produtos de carne. Gutierrez, *Negros, charqueadas & olarias*, p. 91. Em meados do século XIX um charqueador típico empregava 80 escravos e 10 trabalhadores livres e abatia cerca de 200 a 250 reses por dia. Mário José Maestri Filho, *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho* (Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984), p. 89.
58. As maiores fazendas dessa região, sediadas no distrito de Castro, possuíam em média 17 cativos. Horácio Gutiérrez, "Escravidão e pequena propriedade no Paraná" (não publicado).
59. Horácio Gutiérrez, "Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX", *História* (2006), 25, n° 1, pp. 102-103.
60. Herbert S. Klein, "Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira", *Dados* (Rio de Janeiro), n° 17 (1978), tabela 1.

61. Myriam Ellis, *A baleia no Brasil colonial* (São Paulo, Edições Melhoramentos, EDUSP, 1969), p. 100. Sobre o uso extensivo de escravos nas armações da costa, ver Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960), pp. 23-26. As armações de Santa Catarina foram as mais importantes de meados a fins do século XVIII, mas também havia fábricas relevantes nos portos de Salvador e Rio de Janeiro que remontavam ao século XVII, todas elas na costa. Ver Dauril Alden, "Yankee sperm whalers in Brazilian waters, and the decline of the Portuguese whale fishery (1773-1801)", *The Americas* 20, nº 3 (janeiro 1964), pp. 270 segs.
62. Ellis, *A baleia no Brasil colonial*, p. 190. Para uma análise completa dos diferentes usos de escravos e trabalhadores livres de cor nessa atividade, ver Ellis, *A baleia no Brasil colonial*, capítulo 3.
63. Esse é um número aproximado, baseado em dados de navegação do início do século XIX. Na década de 1830, por exemplo, somente no Porto do Rio de Janeiro atracaram em média 1.807 navios (transportando anualmente em média 123.733 toneladas) arrolados na categoria de cabotagem. *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 4 de janeiro de 1840, para todos os anos da década de 1830.
64. Herbert S. Klein, *The middle passage: comparative studies in the Atlantic slave trade* (Princeton, Princeton University Press, 1978), pp. 58-59.
65. IHGB/CU Arq 1-1-19, "Correspondência do Governador da Bahia", 1751-1782" folios 228v-230, 3 julho 1775, Bahia. O governador informou que os escravos compunham 64% dos 1.905 marinheiros registrados na capitania da Bahia e 39% dos pescadores.
66. António Carreira, *As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba* (2ª. ed., Lisboa, Editoria Presença, 1982), p. 249.
67. O Maranhão começou a exportar quantidades significativas de algodão na década de 1760; nos anos 1770 o Pará tornou-se um produtor significativo mas não o principal, e finalmente na década de 1790 Pernambuco substituiu o Maranhão como maior produtor. Alden, "Late colonial Brasil, 1750-1808", v. II, tabela 8, pp. 636-637. No período 1796-1800 a exportação de algodão chegou a 4.443 toneladas e seu valor quase igualou o das exportações açucareiras nesse quinquênio, abastecendo cerca de 30% do mercado inglês. Jorge M. Pedreira, "From growth to collapse: Portugal, Brazil, and the breakdown of the old colonial system (1760-1830)", *Hispanic American Historical Review* 80, nº 4 (2000), p. 843. O algodão chegou a ultrapassar temporariamente o açúcar em valor e tornar-se o principal produto de exportação brasileiro na primeira década do século XIX. José Jobson de Andrade Arruda, *Brasil no comércio colonial* (São Paulo, Editora Ática, 1980), pp. 353-354.
68. Silvia Hunold Lara, *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988), pp. 138-39.
69. Lara, *Campos da violência*, p. 136.
70. Um bom panorama do comércio do açúcar nesse período encontra-se em Galloway, *The sugar cane industry*, caps. 4 e 5; Schwartz, *Sugar plantation in the formation of Brazilian society*, cap. 15; e Noel Deer, *History of sugar*.
71. A melhor fonte individual sobre a população escrava no século XIX por província é Joaquim Norberto de Souza e Silva, *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje* [1870]; reimpressão, (São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986).
72. Para uma análise das economias regionais em Minas Gerais, ver Clotilde Andrade Paiva, *População e economia nas Minas Gerais do século XIX* (Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1996); Marcelo Magalhães Godoy, "Espaços canavieiros regionais e mercado interno, subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da província de Minas Gerais", *X Seminário sobre a Economia Mineira*; e Marcelo Magalhães Godoy, Mário Marcos Sampaio Rodarte e Clotilde Paiva, "Negociantes e tropeiros em um território de contrastes, o setor comercial de Minas Gerais no século XIX", *Anais V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Abphe (2003).
73. Roberto Borges Martins, "Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil", (Ph.D Economics, Vanderbilt University, 1980); Amílcar V. Martins Filho e Roberto B. Martins, "Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review* (1983), 63 nº 3, pp. 537-568.
74. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano, "Economia escravista em Minas Gerais", *CADERNOS IFCH/UNICAMP* (Outubro de 1983).
75. O comércio flutuaria entre 15 mil e 19 mil escravos desembarcados por ano até a década de 1780, quando teria início um longo crescimento secular, chegando a 30 mil por ano na década de 1790. Esses números baseiam-se nas mais recentes estimativas do volume do tráfico no banco de dados Emory acessado em 18 de agosto de 2008.
76. Para dados comparativos da população escrava e livre nas Américas, ver Herbert S. Klein e Ben Vinson III, *African slavery in Latin America and the Caribbean* (2ª. ed. revista, Nova York, Oxford University Press, 2007), apêndice, tabelas 1-3.